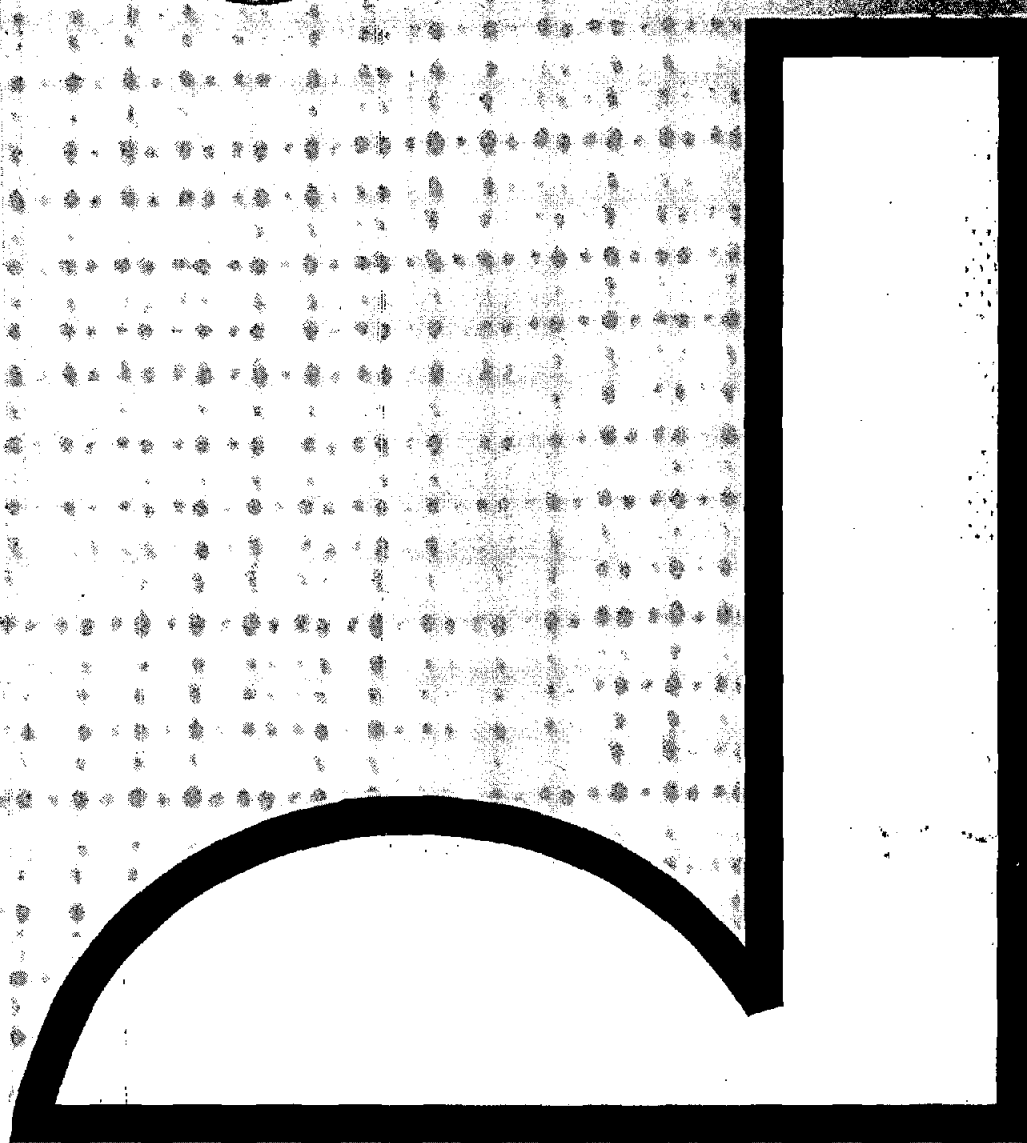




EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LIII - Nº 092

TERÇA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1998

BRASÍLIA-DF

MESA

<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4ª Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>	
<p>LIDERANÇAS</p>		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Wilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Rômero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitacio Cafeteira</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Espeditão Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 5-5-88

Atualizada em 5-5-98

(1) Reeleitos em 2-4-97.

(2) Designações: 16 e 23-11-95.

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudinor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carneiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Correa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 64ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE JUNHO DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 177, de 1998 (nº 671/98, na origem), de 4 do corrente, comunicando sua ausência do País no período de 6 a 9 de junho de 1998, para realizar visita de trabalho aos Estados Unidos da América. À publicação. 10067

Nº 178, de 1998 (nº 673/98, na origem), de 4 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Gilson Langaro Dipp, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre – RS, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Américo Luz. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 10067

Nº 179, de 1998 (nº 681/98, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 10069

Nº 180, de 1998 (nº 680/98, na origem), de 8 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 10072

1.2.2 – Requerimento

Nº 401, de 1998, de autoria do Senador José Bianco, solicitando seja declarada a prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1996, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, e demais matérias que tramitam em conjunto, pelas razões que especifica. O requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente. 10088

1.2.3 – Ofícios

Nº 194/98, de 3 do corrente, do Líder do PMDB, de indicação de membros para a Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 160, de

1998, destinada a promover estudos tendo em vista o exame de propostas de Reforma Tributária. Designação dos Senadores José Fogaça, Fernando Bezerra e Ramez Tebet, como titulares, e dos Senadores Pedro Simon, Ney Suassuna e Casildo Maldaner, como suplentes, para integrarem a referida Comissão. 10088

Nº 195/98, de 4 do corrente, do Líder do PMDB, de indicação de membros para a Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 153, de 1998, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País. Designação dos Senadores Pedro Simon, Casildo Maldaner e José Fogaça, como titulares, e dos Senadores Nabor Júnior e Wellington Roberto, e da Senadora Marluce Pinto, como suplentes, para integrarem a referida Comissão. 10088

S/nº, de 4 do corrente, do Líder do PMDB, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.661 – 3, de 1998. 10088

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1995, continue sua tramitação. 10088

Prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1995, e parcialmente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1995, em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que versa sobre a reforma administrativa. A Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1995, vai ao arquivo. 10089

1.2.5 – Discurso do Expediente

SENADOR EDISON LOBÃO – Dificuldades enfrentadas pela indústria naval brasileira. 10089

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Otimismo com a realização, nos dias 8, 9 e 10 de junho do corrente, da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas. 10090

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 63ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 5 de junho de 1998, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. 10092

3 - ATOS DO DIRETOR-GERAL - 10093
Nºs 996 a 1.001, de 1998.

4 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES

6 - COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO
BRASILEIRA)

7 - CONSELHO COMPOSTO NOS TER-
MOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998 - CN, E
COMISSÃO DE JULGAMENTO

Ata da 64ª Sessão Não Deliberativa, em 8 de junho de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Sr.: Bello Parga.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 177, DE 1998

(Nº 671/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Tenho a honra de informar Vossas Excelências de que deverei ausentar-me do País no período de 6 a 9 de junho de 1998, para realizar Visita de Trabalho aos Estados Unidos da América.

2. Minha visita aos EUA terá duas vertentes: bilateral e multilateral. Na vertente bilateral, mantereí, em Camp David, encontro privado com o Presidente Bill Clinton, oportunidade na qual trataremos de temas de relevância para o relacionamento entre nossos países.

3. Na vertente multilateral, participarei, em Nova York, da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Questão das Drogas e Delitos Conexos. Na ocasião, estarei fazendo pronunciamento sobre o combate ao tráfico no Brasil, e sobre os esforços internacionais no mesmo sentido.

Brasília, 4 de junho de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MENSAGEM Nº 178, DE 1998

(Nº 673/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do parágrafo único *in fine*, do art. 104, da Constituição tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências o nome do Doutor Gilson Langaro Dipp, Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre – RS, para

compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Américo Luz.

Brasília, 4 de junho de 1998. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CURRICULUM VITAE

1. Dados de Identificação

1.1 Nome completo: Gilson Langaro Dipp

1.2 Sexo: Masculino

1.3 Data de nascimento: 12-10-1944

1.4 Local de nascimento (naturalidade): Passo Fundo/RS

1.5 Filiação: Daniel Dipp

Helena Langaro Dipp

1.6 Estado civil: casado

1.7 Carteira de identidade: 7029768004 SP-SSP/RS

1.8 Inscrição NO CPF: 07020058000

1.9 Residência atual: Rua Anita Garibaldi nº 2.268, ap. 505, Porto Alegre, RS – 90480 200

1.10 Telefone Residencial: (051) 328-1012

1.11 Endereço Profissional: Rua Mostardeiro, nº 483, 8º andar, Porto Alegre/RS – 90430 001

1.12 Telefone Profissional: (051) 346-4380

FAX (051) 346-1166 Ramal 4161

2. Formação Acadêmica

2.1 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1968.

3. Experiência Profissional

3.1 Estágio: Serviço de Assistência Judiciária do Centro Acadêmico André da Rocha, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

3.2 Advocacia: Exerceu a atividade advocatícia desde o ano de 1968, em escritório particular, atuando entre outros, nos ramos do Direito Cível, do Trabalho, Comercial, Administrativo e Penal até sua nomeação para exercer o cargo de juiz no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

4. Titulação

4.1 Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, atualmente licenciado.

5. Atuação na Justiça Federal – Magistratura

5.1 Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República através do Decreto Presidencial de 22-3-89, publicado no **Diário Oficial da União** de 27-3-89 com posse e exercício em 30-4-89.

5.2 Juiz-Presidente da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde junho de 1989.

5.3 Membro efetivo do Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 4ª região, desde junho de 198.

5.4 Nomeado membro-suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul no período de 1991 a 1993, tendo exercido a titularidade.

5.5 Eleito em Sessão Plenária de 26-5-93, para exercer o cargo de Juiz-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com posse e exercício em 21 de junho de 1993, concluindo a gestão em 4 de janeiro de 1995.

5.6 Membro integrante do Conselho da Justiça Federal desde a data de sua posse (21-6-93) como Juiz-Presidente do TRF – 4ª Região.

5.7 Membro efetivo do TRE/RS, para o biênio 95/97.

6. Comissões

6.1 Membro da Comissão de Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo participado da sua elaboração no ano de 1989.

6.2 Presidente da Comissão de Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em 1989.

6.3 Designado através do Ato nº 032, de 30-5-89, para compor a Comissão para elaborar o Edital de Concurso Pública para provimento de cargos de Juiz Federal-Substituto da 4ª Região.

6.4 Designado através do Ato nº 159, de 6-10-89, para presidir a Comissão para coordenar sugestões formuladas pelos Magistrados ao anteprojeto da Lei Orgânica da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus e acompanhar a tramitação da referida Lei no Congresso Nacional.

6.5 Representante do Tribunal Regional Federal da 4ª Região para assuntos legislativos na Comissão integrada por membros dos Tribunais Regionais Federais.

6.6 Designado, através da Portaria nº 47, de 21-11-90 para presidir a Comissão no sentido de estabelecer o nível de escolaridade necessário para preenchimento do grupo DAS do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

6.7 Membro da Comissão Examinadora do 1º Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz Federal-Substituto da 4ª Região em 1990.

6.8 Designado através da Portaria nº 62, de 18-11-91, para compor, na qualidade de titular, a Comissão Examinadora do 2º Concurso de Juiz Federal-Substituto da 4ª Região.

6.9 Presidente da Comissão Examinadora do 2º Concurso Público para provimento dos cargos de Juiz Federal-Substituto da 4ª Região em 1991.

6.10 Nomeado em 20-5-95, através da Portaria nº 3/95 – AJUFE, para atuar como Coordenador das Atividades da Associação dos Juizes Federais do Brasil na Reforma Constitucional ora em andamento.

6.11 Eleito Coordenador Nacional da AMB para Justiça Federal, gestão 95/97.

7. Congressos e Encontros

7.1 Congresso Latino-Americano de Direito do Trabalho, realizado no México, em 1974.

7.2 Presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Congresso de Advogados da OAB/RS, em 1978.

7.3 Membro efetivo dos IV, V e VI Congressos dos Advogados do Rio Grande do Sul.

7.4 Participante dos Encontros Estaduais de Advogados Trabalhistas.

7.5 Participante do VII Congresso Nacional dos Advogados Trabalhistas, em 1984, em Vitória – ES.

7.6 Participante da Jornada Latino-Americana de Direito Processual do Trabalho.

7.7 Participante do Ciclo de Conferências para Juizes Federais, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em maio de 1993, em Porto Alegre – RS.

7.8 Conferencista do II Simpósio de Direito (Direito Civil e Processual Civil), em maio de 1994, em Gramado – RS.

7.9 Palestrante no Encontro Regional Jurídico, na sede da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, em maio de 1994, Cascavel – PR.

7.10 Palestrante da Aula Inaugural, do Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário da Universidade Regional de Blumenau, em junho de 1994, em Blumenau – SC.

7.11 Palestrante da Aula Inaugural no Curso de Preparação para Juiz Federal Substituto promovido pela AJURIS, em julho de 1994, em Porto Alegre – RS.

7.12 Participante do Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Crédito Imobiliário, realizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro, em setembro de 1994, em Angra dos Reis – RJ.

7.13 Participante do Seminário Regime Jurídico da Empresa Estatal, realizada pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Rio de Janeiro em novembro de 1994, no Rio de Janeiro – RJ.

7.14 Participante da Aula Inaugural do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em 10-3-95, em Brasília – DF.

7.15 Participante da 5ª Semana de Altos Estudos, promovida pela Escola Nacional da Magistratura, em abril de 1995, em Manaus – AM.

7.16 Participante do Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos do Comércio Exterior, realizado pelo Centro de Debates e Estudos do Tribunal de Alçada Cível do Estado do Rio de Janeiro, em maio de 1995, na cidade de Campinas – SP.

7.17 Participante do Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal, em Fortaleza – CE, no período de 24 e 25 de agosto de 1995.

7.18 Participante do I Simpósio de Direito Eleitoral e Partidário, promovido pelo Tribunal Regional do Estado do Paraná, no período de 15 a 17 de agosto de 1996, representando o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul.

7.19 Participante do III Encontro de Estudos da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, realizado na Cidade de Bento Gonçalves, de 22 a 24 de agosto de 1996, onde proferiu palestra sobre o tema "Recursos na Justiça Eleitoral".

7.20 Palestrante do Primeiro Encontro de Magistrados do Pantanal, realizado em Goiânia, em setembro de 1996, sobre "A Proteção do Consumidor e do Ambiente: Aspectos Cíveis, Penais e Processuais".

7.21 Participante do 39º Encontro Internacional de Magistrados, realizado em Amsterdã, de 22 a 26 de setembro de 1996, organizado pela União Internacional de Magistrados, na condição de membro da delegação brasileira, representando o Brasil na III Comissão de Estudos, cujo tema foi "A interrelação entre a mídia e o processo penal".

As línguas oficiais do Encontro eram inglês e francês.

7.22 Participante do I Congresso Nacional de la Judicatura "Juez, Justicia y Sociedad", realizada em San José, Costa Rica, de 30 de outubro a 2 de novembro de 1996, representando a AMB.

7.23 Palestrante da III Jornada sobre Temas da Justiça Federal, realizada pela Seção Judiciária de Santa Catarina, em Florianópolis, no período de 4 a 6 de junho de 1997, com o tema "Crimes contra o Meio Ambiente".

8. Outros

Revisou e atualizou a obra Curso de Deontologia Jurídica, de autoria de Luiz Lima Langaro, 2ª edição, 1996, Ed. Saraiva.

Porto Alegre, 27 de abril de 1998. – Juiz Gilson Langaro Dipp.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 179, DE 1998

(Nº 681/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

2. Os méritos do Ministro de Segunda Classe Orlando Galvêas Oliveira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de junho de 1998. – **Marco Antonio Maciel.**

EM Nº 210/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 5 de junho de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso II, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Orlando Galvêas Oliveira, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Ministro de Segunda Classe Orlando Galvêas Oliveira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

Ministro de segunda classe Orlando Galvêas Oliveira

Divisa/ES, 23 de dezembro de 1942. Filho de Djalma de Sá Oliveira e Cléia Martins Galvêas Oliveira. Bacharel em Direito, UF/ES. Curso de Preparação à Carreira de Diploma, IRBr. Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

Terceiro Secretário, 3 de março de 1967.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de março de 1970.

Primeiro Secretário, merecimento, 7 de maio de 1978.

Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1981.

Ministro de Segunda Classe, 21 de dezembro de 1992.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, 1967/69.

Assistente do Chefe da Divisão de Conferência, Organismos e Assuntos Gerais, 1969.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1977/79.

Assessor do Chefe do Departamento da Europa, 1979/83.

Chefe, substituto, da Divisão da Europa-I, 1982/83.

Chefe da Divisão do Passaportes, 1983/85.

Chefe da Divisão de Material do Departamento de Administração, 1985.

Assessor do Chefe do Departamento da Ásia e Oceania-DAO, 1989.

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania-I-DAOC-I, 1989.

Chefe, substituto, do Departamento da Ásia e Oceania, 1989/94.

Viena, Segundo Secretário, 1971/73.

Atenas, Segundo Secretário, 1973/77.

Ancara, Encarregado de Negócios, 1978.

Jakarta, Conselheiro, 1985/88.

Ottawa, Ministro Conselheiro, 1994/96.

Pretória, Ministro Conselheiro, 1996/98.

X Conferência Regional para a América Latina, FAO, Kingston, 1968 (membro).

Consulta *ad hoc* sobre o Plano Indicativo Mundial, Santiago, 1969 (membro).

IV Congresso Mundial de Alimentação e I Congresso Latino-Americano de Alimentação e Desenvolvimento Econômico, FAO, São Paulo, 1969 (Representante do Ministro das Relações Exteriores).

LV Congresso Universal de Esperanto, Viena, 1970 (delegado).

XIV Conferência Geral da AIEA, Viena, 1970 (membro).

IV Sessão da Junta da UNIDO, Viena, 1970 (membro).

Reuniões do Comitê para a Aplicação de Salvaguarda do Tratado de Governadores da AIEA, Viena, 1970 e 1971 (delegado).

Representante-residente do Brasil junto à AIEA, 1970/72.

Suplente do Representante-Residente do Brasil junto à AIEA, 1970/73.

XXXVI e XXXVII Sessões do Conselho de Cooperação Aduaneira, Viena, 1971 (observador).

Cerimônia de Beatificação do Venerável Padre José de Anchieta, Roma, 1980 (membro).

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

INFORMAÇÕES SOBRE A NAMÍBIA

1. Dados Básicos

Nome Oficial	República da Namíbia	
População (1991)	1,5 milhão	
Área	824.290 Km ²	
Capital	Windhoek	
Data Nacional	21 de março	
Sistema Político	República Presidencialista	
Chefe de Estado	Samuel Daniel Shafishuna Nujoma	
Chefe de Governo	Hage Gottfried Geinborg	
Ministro das Relações Exteriores	Theo-Ben Gurirab	
PIB, a preços correntes (1996)	US\$3,04 bilhões	
Taxa de Crescimento (1996)	3,3%	
Câmbio (1996)	US\$1,00 = 6,2 N\$ (dólar namibiano)*	
Origem do PIB, por setores (1995)	Agricultura	12,0%
	Serviços	62,0%
	Indústria	26,0%

(*) O dólar namibiano está vinculado ao Rand sul-africano, pela **Common Monetary Area**

2. Histórico

Em 1884, a Namíbia (então Sudoeste Africano) tornou-se um protetorado germânico. Os alemães encontraram resistência por parte de grupo autóctones, especialmente o povo Herero e Nama (1904-1908). Em 1915, durante a primeira guerra mundial, os alemães foram derrotados por tropas sul-africanas. Cinco anos depois, a Liga das Nações outorgou

poderes à África do Sul para administrar o país. Os africanôdes foram paulatinamente ocupando a terra e expulsando para áreas menos férteis os vários grupos étnicos que habitavam o país. Em 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas considerou concluído o mandato da África do Sul sobre a Namíbia e ordenou a sua retirada. Pretória, no entanto, recusou-se a cumprir a determinação. Sete anos depois, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) como único representante legítimo dos que habitavam o território. Em 1978, a África do Sul, sob constante pressão internacional, organizou eleições que foram boicotadas pela Swapo e ganhas pelo DTA (hoje, o partido de oposição). Desentendimento com o Governo sul-africano, levaram o DTA a renunciar, em 1983. Dois anos depois, Pretória nomeou um governo de transição para a Namíbia, excluindo a Swapo.

A presença de um grande contingente militar cubano em Angola constituía um obstáculo adicional à materialização da independência namibiana, porque Havana prestava apoio ao Governo marxista do MPLA (Movimento para Libertação de Angola), em sua luta contra os rebeldes da UNITA (União para Independência Total de Angola), que recebiam assistência militar-financeira do Governo sul-africano. Foi então que, em 1989, África do Sul, Cuba e Angola chegaram a um acordo: os cubanos se retirariam de Angola até 1991 e a Namíbia, independente, teria suas eleições supervisionadas pelas Nações Unidas, após a partida das tropas sul-africanas do país. Tudo transcorreu como previsto, e a Namíbia tornou-se um país independente, em 21 de março de 1990.

Foi eleita uma Assembleia Constituinte, tendo a Swapo obtido 41 das 72 cadeiras disputadas. O DTA ocupou 21. Elaborou-se uma constituição democrática, e a Assembleia Constituinte converteu-se em Assembleia Nacional. O líder da Swapo, Sam Nujoma, foi eleito Presidente da República, tendo sido, em 1994, reeleito para um segundo mandato.

3. Perfil Econômico

Esparadamente povoada, a Namíbia constitui país próspero, abundantemente dotado de recursos naturais. Suas exportações compreendem: diamantes, urânio, pedras semipreciosas, ampla gama de metais, além de gado bovino. No setor exportador, o setor pesqueiro vem-se firmando cada vez mais como importante setor da economia namibiana. Na esfera dos serviços, consolida-se paulatinamente o turismo e estima-se que na virada do milênio irá tornar-se o principal gerador de divisas (US\$162 milhões, em 1995).

A Namíbia tem sabido administrar suas finanças, e, com base em sua estabilidade política e econômica, procura atrair a atenção da comunidade internacional de negócios para as oportunidades de investimentos que oferece. Tem sido baixa a inflação, em torno de 9%, anualmente.

Ainda incipiente, o setor manufatureiro não logra atender as necessidades do País, o que explica sua condição de grande consumidor de produtos sul-africanos. Essa dependência tende a ser cristalizada pela inserção da Namíbia no esquema aduaneiro regional criado pela África do Sul, denominado *Southern African Customs Union (SACU)*, ao qual também estão vinculados, em semelhante parâmetro de subordinação, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. Entendimentos estabelecidos entre Pretoria e a OMC, no entanto, devem atenuar, se não mesmo eliminar, os obstáculos que as elevadas tarifas da SACU impõem a um intercâmbio maior com os países não pertencentes à organização.

O Presidente Nujoma almeja a auto-suficiência energética, mediante a construção de uma barragem, estimada em US\$1 bilhão, nas quedas de Epupa, no rio Cunene, na fronteira com Angola. Tal projeto deverá ser concretizado, não obstante a resistência que vem sendo criada por parte de ambientalistas da comunidade internacional. Recentemente, foram descobertas reservas importantes de gás na plataforma continental, ao sul, e que deverão entrar em produção dentro em breve. A *General Motors*, atualmente, instala uma linha de montagem para seus veículos, em área próxima da capital.

Os principais países de destino das exportações namibianas são: Suíça, África do Sul, Reino Unido e Alemanha. Quanto às importações, são elas oriundas da África do Sul (90%), Alemanha, Japão e Estados Unidos.

4. Política Externa

A diplomacia namibiana tem nos países sócios da SADC (*Southern Africa Development Community*) e nos membros da União Européia, em particular com a Alemanha, seu grande foco de atuação. De todos, a África do Sul é o parceiro de maior peso nas diretrizes externas emanadas de Windhoek, tanto pelos laços históricos comuns como pelo seu peso econômico na sub-região.

A Alemanha é o interlocutor europeu mais próximo da Namíbia, que goza do **Status** de maior beneficiado de ajuda econômica germânica no continente.

Por fim, há que se assinalar a dimensão marítima do país e seu interesse pelos temas do Atlântico

Sul, traduzido por crescente valorização do papel possível da Zona de paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) nesse contexto. A Namíbia busca papel mais ativo em vários organismos internacionais, sobretudo naqueles vinculados ao mar, tendo postulado sua eleição para a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

5. Relações com o Brasil

O curto relacionamento bilateral entre o Brasil e a Namíbia é, na verdade, uma história de êxitos. Desde antes da independência já ocorriam proveitosos contatos com a SWAPO (reconhecida então pelo Governo brasileiro como único e legítimo representante do povo namibiano).

O Presidente Sam Nujoma, na época líder daquele movimento de libertação, visitou o Brasil em 1987. O Governo brasileiro abriu, em 1989, um Escritório de Observação do Brasil em Windhök, transformado em Embaixada no dia da independência da Namíbia. Foi brasileiro o primeiro navio de guerra estrangeiro a entrar no porto de Walvis Bay, por ocasião das festividades comemorativas de sua incorporação ao território namibiano.

Em setembro de 1991, o Presidente Fernando Collor realizou visita oficial à Namíbia, numa demonstração do interesse político brasileiro no estreitamento da relação bilateral. Por sua vez, o Chefe de Estado namibiano, por ocasião da Rio-92, prestigiou o evento com sua presença. Ainda naquele ano, os dois presidentes assinaram o Acordo Geral de Cooperação que permitiu a definição das bases legais para a dinamização dos contatos entre os dois países nas mais diversas áreas, a par do Acordo de Cooperação Naval e o Memorandum de Entendimento Agrícola, estes os dois principais pilares do relacionamento bilateral.

Em 1995, no período de 31 de outubro a 3 de novembro, o Presidente Sam Nujoma visitou oficialmente o Brasil. Nesse ano foi realizada, em Brasília, a 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia de Cooperação.

Ponto que tem adquirido grande visibilidade no relacionamento bilateral é a cooperação naval. Além da confecção das cartas náuticas da área costeira de Walvis Bay (concluídas no ano passado), a Marinha do Brasil tem apoiado a formação de considerável contingente de praças e oficiais namibianos. Está em fase de negociação formas de financiamento para a construção de quatro navios patrulha para a Marinha namibiana e para construção de uma base naval em Walvis Bay.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 180, DE 1998 (Nº 680/98, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I do Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Os méritos do Ministro de Primeira Classe Antonio Augusto Dayrell de Lima, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de junho de 1998. – **Marco Antonio Maciel.**

EM Nº 209/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 5 de junho de 1998

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea a, e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe, do quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro de Primeira Classe Antonio Augusto Dayrell de Lima, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

Ministro de Primeira Classe Antonio Augusto Dayrell de Lima

Liverpool/Reino Unido (brasileiro de acordo com o art. 129, item II da Constituição de 1946), 29 de março de 1943..

Filho de Everaldo Dayrell de Lima e Yolanda de C. Dayrell de Lima.

CPCD. IRBr.

Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr.

Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 3 de março de 1967.

Segundo Secretário, merecimento, 30 de junho de 1969.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de novembro de 1975.

Conselheiro, merecimento, 21 de junho de 1979.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 31 de junho de 1986.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1988.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1967.

Assistente do Chefe da Divisão das Nações Unidas, 1977.

Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1978/79.

Chefe da Divisão de Organismos Internacionais, 1979/81.

Chefe da Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos, DEPE, 1985/86.

Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, 1986/87.

Ministério da Ciência e Tecnologia, 1993/94.

Diretor-Geral do Departamento de Temas Especiais, 1994/98.

Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1969/72.

Nova York, ONU, Segundo Secretário, 1973/75.

Nova York, ONU, Primeiro Secretário, 1975/76.

Paris, Unesco, Conselheiro, 1981/83.

Roma, Cônsul-Geral, 1987.

República de São Marino, Cônsul-Geral (cumulativo), 1987.

Copenhague, Ministro-Conselheiro, 1991/92.

Comitê Consultivo sobre Cacau, UNCTAD, Genebra, 1967 (assessor).

Grupo de Trabalho do Conselho de Comércio Exterior, 1967 (assessor).

Grupo de Trabalho sobre o tema "Sistema de Segurança Coletiva", (assessor).

III Sessão da Conferência da ONU sobre Cacau, Genebra, 1967 (assessor).

I e II Reuniões de Consulta Informal sobre Minério de Ferro, Caracas e Genebra, 1968 e 1969 (assessor).

Reunião Técnica Preparatória sobre o Acordo do Cacau, Genebra, 1969 (assessor).

Reunião da Cecla, Buenos Aires, 1970 (assessor).

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Teledetecção de Recursos Naturais por Satélite, do Comitê dos Usos Pacíficos do Espaço Exterior da ONU, Nova York, 1974 (delegado).

XII Conferência Hidrográfica Internacional, Mônaco, 1982 (delegado).

Ordem do Rio Branco.

Ordem do Mérito Aeronáutico, oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval.

Ordem do Mérito Militar.

José Borges dos Santos Júnior – Diretor-Geral, substituto, do Departamento do Serviço Exterior.

DADOS BÁSICOS – AUSTRÁLIA

Nome oficial: Comunidade da Austrália

Área: 7.682.300 Km²

População: 18,30 milhões (1996)

Língua: Inglês

Data Nacional: 26 de janeiro

Capital: Camberra

Colônia brasileira: 12.000 (estimativa)

Sistema de Governo: parlamentarista

Autoridades

Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro John Howard

Chanceler: Alexandre Downer

Embaixador no Brasil: Garry Alfred Conroy (designado)

Presença Brasileira

Endereço da Embaixada do Brasil em Camberra:

19 Foster Crescent

Yarralumla Act 2699 – Camberra

Tel: (06) 273-23-72

Fax: (06) 273-23-75

Endereço do Consulado-Geral do Brasil em Sydney:

St. Martins Towe, Level 17

31 Market ST.

Sydney NSW 2000

Tele: (02) 267-4414

Fax: (02) 267-4419

Visitas de autoridades brasileiras à Austrália

1992 – Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera.

– Missão Parlamentar brasileira, a convite do Parlamento australiano.

1993 – Missão Parlamentar brasileira à 90 A. Conferência Inter-Parlamentar.

1994 – Missão Técnica do setor de telecomunicações, chefiada pelo Secretário Nacional de Telecomunicações, Renato Navarro Guerreiro.

– Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim

1995 – Senador Gilberto Miranda

Visitas de autoridades australianas ao Brasil

1988 – Ministro do Meio Ambiente Richardson

1989 – Ministro das Ciências Jones

1990 – Ministro para Negociações Comerciais Neal Blewett.

– Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior Senador Gareth Evans

– Embaixador para o Meio Ambiente Ninian Stephen

– Secretário-Geral de Assuntos Exteriores e Comércio Richard Woolcott.

– Presidente da Câmara dos Deputados Ieó Clyde Mcleay.

1991 – Ministro para Negociações Comerciais Nela Blewett.

1991 – Ministro para Negociações Comerciais Neal Blewett.

1992 – Subsecretário Gregory Samuel Robert Wood.

– Ministro das Relações Exteriores e Comércio Senador Gareth Evans.

– Embaixador (itinerante) para Assuntos do Meio Ambiente Sir Ninian Stephen

– Ministra do Meio Ambiente e Planejamento da Austrália do Sul Susan Mary Leneban.

– Ministra do Meio Ambiente Roslin Joan Kelly

– Ministro dos Recursos Naturais Alan Gordon Griffiths

– Ministro Paralelo do Meio Ambiente Deputado Fred Chaney

– Ministros das Artes, Esportes, Meio Ambiente e Territórios do ACT Anthony Stuart Blunn

– Ministro do Comércio e Desenvolvimento Ultramarino Mr. Kerin

– Missão Parlamentar australiana

1994 – Missão Parlamentar australiana do Partido Nacional.

– Ministro do Comércio Exterior, Bob McMullan.

1995 – Ministro das Comunicações, das Artes e do Turismo, Michael Lee

1996 – Subsecretário-Geral para Assuntos Internacionais, Embaixador Paul O'Sullivan

– Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio, Timothy Fischer

Acordos bilaterais

1911 – Convenção de Arbitragem

1921 – Tratado para o estabelecimento de Comissão de Paz

1969 – Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns

1978 – Acordo Comercial

1990 – **Memorandum** de entendimento para Consulta sobre Assuntos de Interesse Comum

1994 – Tratado de Extradicação

1995 – Acordo sobre Trabalho Remunerado de Dependentes de Funcionários Diplomáticos e Consulares

Informações para Viagem

Fuso horário: +13 horas

Vôos do Brasil: Aerolineas Argentinas

Qantas (Via Los Angeles)

Exigência de Visto para todas as categorias

Economia

PIB: US\$338 bilhões (1997)

Moeda: Dólar australiano

Câmbio: US\$0.61 = AUS\$1.00 (1998)

Principais atividades econômicas: prospecção de minérios, prospecção de petróleo, agricultura, pecuária

Exportações totais: US\$40,3 bilhões (jan. a set./96)

Principais produtos exportados: carne, farinha, trigo, algodão, ferro e carvão.

Importações totais: US\$45,0 bilhões (jan. a set./96)

Principais produtos importados: madeira, fertilizantes, petróleo, algodão e automóveis

Saldo: US\$4,7 bilhões (negativo) (jan. a set./96)

Comércio bilateral Brasil-Austrália

Exportações do Brasil: US\$257.165.962 (96) – 54.118.341 (jan. a março/97)

Principais produtos: papel e carvão, ferro/aço, sapatos, motores, azulejos, fumo.

Importações para o Brasil: US\$391.167.533 (96) – 61.071.772 (jan. a março/97)

Principais produtos: carvão (hulha não aglomerada), malte, couro

Saldo: US\$ – 62.531.006 (96)

US\$ – 6.953.431 (jan. a março/97)

AUSTRÁLIA

Aspectos gerais: A Austrália é uma democracia parlamentar, independente da Grã-Bretanha desde 1901. O Chefe de Estado é a soberana britânica, que se faz representar por um Governador-Geral. John Howard é o Primeiro-Ministro e Alexander Downer é o Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio.

Relações Brasil-Austrália

a) Relações políticas: Brasil e Austrália comemoraram, em 1905, cinquenta anos de abertura de suas respectivas Embaixadas em Canberra e Rio de Janeiro. No plano multilateral, os dois países têm desenvolvido excelente coordenação em matérias de interesse comum, como comércio internacional de produtos agrícolas (Grupo de Cairns, OMC); preservação da Antártica; desarmamento e desnuclearização; direitos humanos; e integração econômica, cabendo ressaltar o diálogo, iniciado em 1994, entre o Mercosul e o CER ("Australia-New Zealand Closer Economic Relations Agreement").

b) Relações econômico-comerciais: País com 18,30 milhões de habitantes (1996), a Austrália possui um PIB de US\$ 338 bilhões (1997). A pauta de exportações concentra-se quase totalmente em pro-

ductos agro-pecuários e minerais, enquanto os produtos manufaturados respondem por quase 80% das importações. Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha e Nova Zelândia são os principais parceiros comerciais da Austrália.

A pauta de exportações brasileiras para a Austrália apresenta-se bastante diversificada. Os principais produtos de exportação pelo Brasil têm sido: sapatos, papel e cartão, ferro e aços, motores, azulejos e fumo. Importamos da Austrália carvão (hulha não aglomerada), malte e couros. As importações para o Brasil totalizaram US\$296.720.934 de janeiro a novembro de 1996 e as exportações do Brasil US\$232.390.588, no mesmo período, com saldo negativo de US\$-64.330.346. Os investimentos da Austrália no Brasil (junho de 1995) foram de US\$42,30 milhões, reinvestimentos US\$8,93 milhões, num total de US\$51,23 milhões. Os investimentos do Brasil na Austrália (março de 1996) foram de US\$80 mil.

Com vistas ao incremento do comércio, a Embaixada, em coordenação com a Câmara de Comércio Brasil-Austrália, realiza de 2 a 4 de junho do corrente, em Sydney, Melbourne e Canberra, **road show** de promoção do turismo na Austrália.

c) A Austrália e a crise financeira na Ásia: A crise financeira, deflagrada em julho do ano passado, no Sudeste Asiático afeta sobremaneira a economia australiana. Dentro desse quadro, o interesse comercial brasileiro poderia voltar-se para a atração de investimentos ou para a recepção de tecnologia daquele país.

d) Atos bilaterais: 1969 – Acordo para a gratuidade de vistos em passaportes comuns; 1978 – Acordo comercial; 1990 – "Memorandum" de entendimento para consulta sobre assuntos de interesse comum; 1994 – Tratado de extradição; 1994 – Acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependente do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; 1998 – "Memorandum" de entendimento sobre cooperação em matéria sanitária.

Pontos de interesse do Governo brasileiro

a) Oportunidades de investimentos: Há interesse em investir no Brasil por parte de empresas dos setores de mineração e telecomunicações, nos quais a Austrália é muito desenvolvida e internacionalmente competitiva. A BHP – cuja sucursal brasileira é a empresa Samarco –, por exemplo, recentemente adquiriu quota de 7% no consórcio que deverá construir o gasoduto Brasil-Bolívia e teria planos para ex-

pandir sua presença no mercado brasileiro nas áreas de mineração e petróleo. A empresa Pope, o maior fabricante australiano de motores elétricos, manifestou a intenção de associar-se com a empresa Weg brasileira, sua competidora no próprio mercado australiano.

b) Diálogo Mercosul – CER: NO âmbito do diálogo Mercosul-CER ("Australia-New Zealand Closer Economic Relations Agreement") prossegue o trabalho de compilação de informações e de intercâmbio de experiências. Realizou-se novo encontro entre o Mercosul e o CER à margem da II Reunião Ministerial da OMC, em Genebra. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Senhor SGIE e os principais pontos tratados foram:

– Institucionalização do Diálogo: O CER havia encaminhado ao Mercosul proposta de institucionalizar o diálogo entre os dois agrupamentos. O documento não foi assinado, pois o Mercosul prefere manter o relacionamento em sua estrutura flexível e pragmática, tendo em vista a agenda densa da União Aduaneira, seja no processo de "consolidação e aprofundamento", seja nos contatos externos.

– Diálogo Empresarial: o Mercosul entregou lista de setores que participariam de futuro diálogo empresarial entre os dois agrupamentos. Do lado brasileiro, são estes os setores: infra-estrutura de serviços portuários; transportes marítimos; geração e distribuição de energia; autopeças; mármore, granitos, pedras preciosas e semi-preciosas e revestimento; turismo hotelaria; exploração e prospecção de petróleo; desenvolvimento de biotecnologia animal e vegetal; proteção ambiental e desenvolvimento sustentado; e a automação bancária. O CER ficou de examinar a lista entregue pelo Mercosul. Para o início do diálogo, no entanto esta lista deverá ser reduzida. Nova reunião deverá ser realizada ainda este ano.

c) Grupo de Cairns: O Grupo (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Fiji, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia, Uruguai, Paraguai e África do Sul) procura atualmente acompanhar a implementação dos compromissos assumidos no Acordo Agrícola e no Acordo sobre Aplicação de Medias Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, avaliando-lhe tanto quanto possível, o impacto sobre o comércio internacional. Para a retomada das negociações na área agrícola, prevista para 1999, o Grupo considera três aspectos cruciais; acesso a mercados, medidas de apoio interno e subsídios à exportação, e, por sugestão do Brasil, foi acrescentado na última reunião o item créditos à exportação.

Pontos de interesse do Governo australiano

a) Cobrança do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM): O Governo brasileiro impõe a todos os navios que operam em portos brasileiros uma taxa (AFRMM) de 25% sobre o valor do frete, cobrada nos portos de descarga. A FRMM vem sendo criticada por penalizar especialmente o transporte de carga entre o Brasil e os países mais distantes. A Embaixada da Austrália vem gerenciando, desde 1994, contra o impacto negativo da FRMM sobre o carvão australiano, se comparado aos fornecedores norte-americanos. O Departamento de Marinha Mercante do Ministério dos Transportes afirma que, à exceção de acordos bilaterais realizados à margem da ALADI (em particular dentro do Mercosul), a AFRMM é cobrada indiscriminadamente, e uma isenção para a Austrália abriria precedente perigoso. Foi sugerido ao Ministério dos Transportes pela Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços Itamaraty que se estudassem alternativas, até mesmo a possibilidade de aplicar um valor máximo para a cobrança da AFRMM. Esse valor poderia ser alto o bastante para englobar a grande maioria dos fretes a que está sujeito o comércio exterior brasileiro, mas seria suficientemente baixo para que países mais remotos (Sudeste Asiático e Oceania, notadamente) competissem de maneira mais equitativa com europeus e norte-americanos. Não traria reduções significativas na arrecadação da taxa e estimularia o comércio com a Austrália e outros países, podendo a médio e longo prazo, inclusive aumentar a arrecadação mediante incremento do tráfego marítimo com essas regiões. O assunto foi bem acolhido pelo Departamento de Marinha Mercante.

b) Produtos lácteos: O Brasil é o 5º mercado para as exportações australianas de leite em pó integral e o 8º para leite em pó desnatado. O Brasil aumentou, recentemente, de 27 para 33% a tarifa para a importação de certos produtos lácteos, como leite em pó, alguns tipos de queijo condensado. A elevação de tarifas, além da taxa de frete e restrições ao financiamento das importações, refletem negativamente sobre a capacidade da Austrália de competir no nosso mercado, apesar de seu status de exportador sem subsídios. Os países do Mercosul não estão sujeitos às tarifas de 33%. A Austrália tem se mostrado disposta a discutir sua experiência na reestruturação e ajuste da indústria de laticínios na última década, caso isto seja de utilidade para a reestruturação da indústria brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial
Seção de Estudos e Publicações

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

AUSTRÁLIA

Índice

- I Dados Básicos
- II Indicadores Sociais e Econômicos
- III Balança de Pagamentos
- IV Comércio Exterior
- V Comércio do Comércio Exterior
- VI Contribuição do Comércio Exterior
- VII Comércio Exterior Bilateral
- VIII Comércio Exterior Bilateral
- IX Comércio Exterior Bilateral
- X Comércio Exterior Bilateral

Brasília, outubro de 1997

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS - AUSTRÁLIA -

I. DADOS BÁSICOS	
Nome oficial ^(a)	Comunidade da Austrália
Superfície ^(a)	7.682.400 Km ²
Situação geográfica	sudoeste da Oceania
Língua oficial ^(a)	inglês
Moeda ^(a)	dólar australiano (dividido em 100 cents)
Capital	Canberra
Principais cidades	Sydney, Melbourne, Brisbane, Perth, Adelaide, Canberra

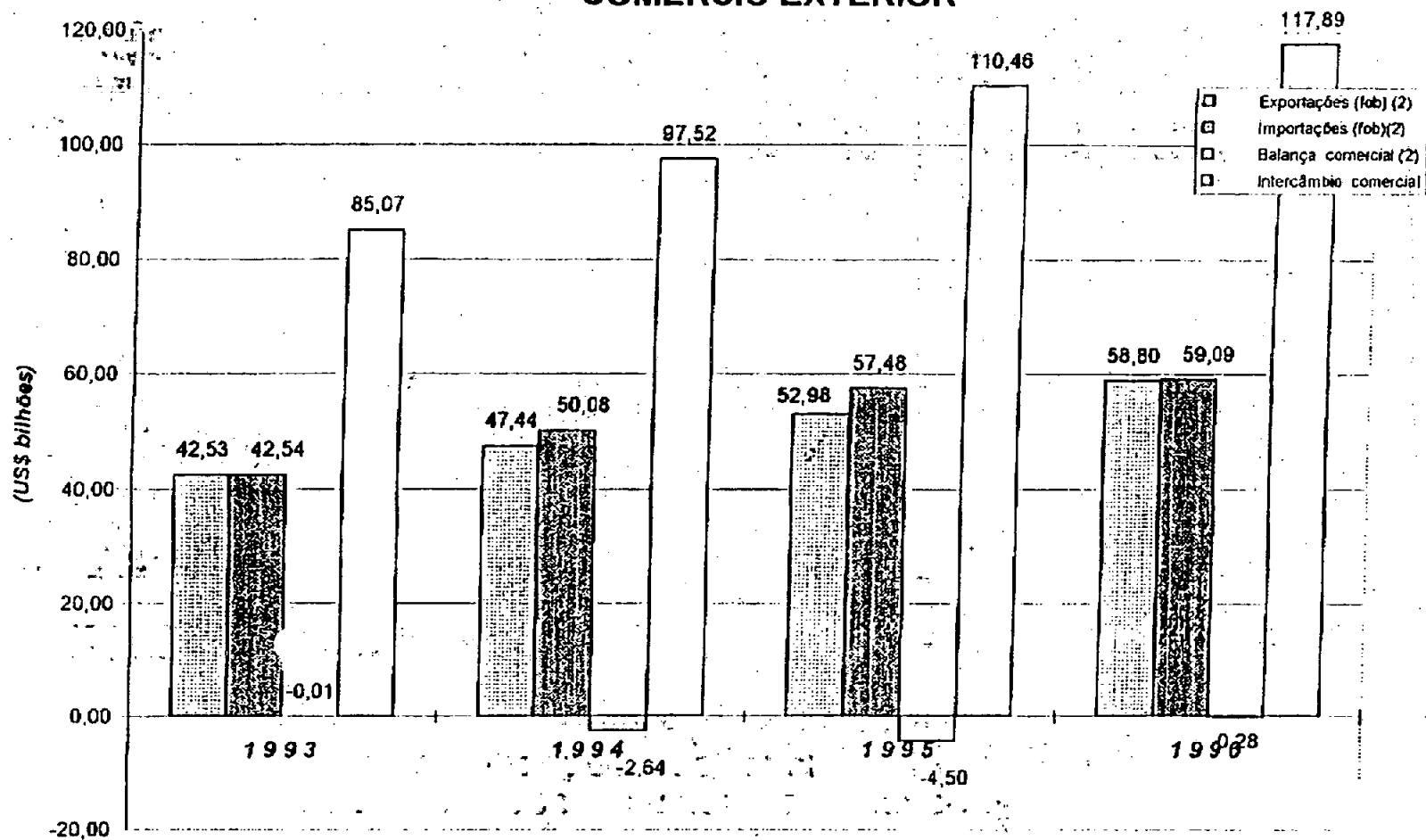
II. INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	1994	1995	1996
População (em milhões de habitantes) ^(a)	17,80	18,10	18,30
Densidade demográfica (hab/Km ²)	2,32	2,36	2,38
PIB, a preços de mercado (US\$ bilhões) ^(a)	323,50	347,11	389,77
PIB, per capita (US\$)	18.174,36	19.177,41	21.298,67
Crescimento real do PIB (%) ^(a)	5,1	2,7	4,1
Índice de preços ao consumidor (%) ^(a)	1,9	4,6	2,6
US Reservas Internacionais (US\$ bilhões) ^(a)	11,30	11,90	12,50
Dívida externa total (US\$ bilhões)	150,10	158,10	174,40
Câmbio (A\$ / US \$)	1,37	1,35	1,28

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
- AUSTRÁLIA -**

II.1 BALANÇO DE PAGAMENTOS ⁽¹⁾ (US\$ bilhões)	1993	1994	1995
A. Balança comercial	-0,03	-3,28	-4,02
Exportações (fob) ⁽²⁾	42,64	47,33	53,13
Importações (fob) ⁽²⁾	42,67	50,61	57,15
B. Serviços (líquido)	-1,85	-1,84	-2,05
Receita	11,85	13,87	15,56
Despesa	13,70	15,71	17,61
C. Transferências Correntes (líquido)	-0,21	-0,35	-0,07
D. Balanço da conta-corrente	-10,51	-17,35	-19,18
E. Movimento de Capitais (líquido)	0,34	0,39	0,63
F. Movimento Financeiro	10,05	14,89	13,08
G. Erros e Omissões	0,07	1,11	5,85
H. Saldo	-0,06	-0,96	0,37

III. COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ bilhões)	1993	1994	1995	1996
Exportações (fob) ⁽²⁾	42,53	47,44	52,98	58,80
Importações (fob) ⁽²⁾	42,54	50,08	57,48	59,09
Balança comercial ⁽²⁾	-0,01	-2,64	-4,50	-0,28
Intercâmbio comercial	85,07	97,52	110,48	117,89

AUSTRÁLIA COMÉRCIO EXTERIOR



DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS - AUSTRÁLIA -

III.1 DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR ^(d) (US\$ bilhões - fob)	1993	% do total	1994	% do total	1995	% do total	1996 ^(*)	% do total
EXPORTAÇÕES:								
Japão	10,47	24,62%	11,61	24,47%	12,18	22,99%	12,45	21,17%
Coréia	2,82	6,87%	3,42	7,21%	4,47	8,44%	5,68	9,65%
Nova Zelândia	2,47	5,81%	3,15	6,64%	3,83	7,23%	4,82	6,83%
Estados Unidos	3,41	8,02%	3,32	7,00%	2,36	6,34%	3,79	6,45%
Rep. Popular da China	1,54	3,62%	2,05	4,32%	2,29	4,32%	3,11	5,29%
Indonésia	1,20	2,81%	1,45	3,06%	1,74	3,28%	2,27	3,85%
Hong-Kong	1,83	4,30%	1,91	4,02%	2,08	3,94%	2,23	3,80%
Reino Unido	1,32	3,15%	1,71	3,60%	1,83	3,45%	2,12	3,60%
Cingapura	2,24	5,27%	2,51	5,29%	2,83	5,34%	1,80	3,07%
Malásia	1,06	2,49%	1,42	2,98%	1,63	3,08%	1,77	3,01%
Tailândia	0,84	1,98%	0,99	2,08%	1,27	2,40%	1,33	2,26%
Itália	0,82	1,95%	0,84	1,77%	0,96	1,81%	0,96	1,62%
Canadá	0,83	1,96%	0,80	1,68%	0,88	1,66%	0,93	1,58%
Alemanha	0,64	1,50%	0,75	1,58%	0,84	1,59%	0,80	1,54%
Brasil	0,26	0,61%	0,20	0,42%	0,24	0,45%	0,30	0,50%
Taiwan	1,87	4,40%	2,08	4,33%	2,42	4,57%	(-)	(...)
SUBTOTAL	34,11	80,20%	38,18	80,48%	42,86	80,89%	43,65	74,23%
DEMAIS PAÍSES	8,42	19,80%	9,26	19,52%	10,12	19,11%	15,15	25,77%
TOTAL GERAL	42,53	100,00%	47,44	100,00%	52,98	100,00%	58,80	100,00%

III.1 DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR ^(a) (continuação)	1993	%	1994	%	1995	%	1996 ^(*)	%
(US\$ bilhões - fob)		do total		do total		do total		do total
IMPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	9,13	21,46%	11,04	22,04%	12,60	21,91%	13,63	23,06%
Japão	8,09	19,01%	8,87	17,70%	8,88	15,45%	7,76	13,13%
Reino Unido	2,42	5,68%	2,98	5,95%	3,45	6,01%	3,95	6,69%
Alemanha	2,45	5,76%	2,99	5,97%	3,83	6,66%	3,62	6,12%
Nova Zelândia	2,07	4,86%	2,48	4,96%	2,67	4,65%	2,89	4,90%
Rep. Popular da China	1,99	4,67%	2,47	4,94%	2,87	4,99%	2,76	4,67%
Coreia	1,39	3,27%	1,43	2,85%	1,84	3,20%	1,90	3,21%
Itália	0,97	2,28%	1,35	2,69%	1,81	2,78%	1,84	3,12%
Cingapura	1,21	2,83%	1,67	3,33%	1,84	3,20%	1,88	2,67%
França	1,00	2,35%	1,21	2,42%	1,40	2,44%	1,50	2,54%
Malásia	0,77	1,81%	0,99	1,98%	1,28	2,23%	1,32	2,23%
Indonésia	0,90	2,13%	0,84	1,67%	1,10	1,91%	1,18	2,00%
Canadá	0,70	1,65%	0,81	1,61%	1,10	1,92%	1,02	1,73%
Suécia	0,68	1,59%	0,81	1,61%	1,36	2,35%	0,88	1,49%
Brasil	0,26	0,62%	0,31	0,63%	0,39	0,68%	0,30	0,50%
Taiwan	1,71	4,03%	1,98	3,95%	2,11	3,66%	(...)	(...)
SUBTOTAL	35,73	83,99%	42,32	84,51%	48,32	84,06%	46,12	78,06%
DEMAIS PAÍSES	6,81	16,01%	7,76	15,49%	9,16	15,94%	12,97	21,94%
TOTAL GERAL	42,54	100,00%	50,08	100,00%	57,48	100,00%	59,09	100,00%

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
- AUSTRÁLIA -**

Junho de 1998

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

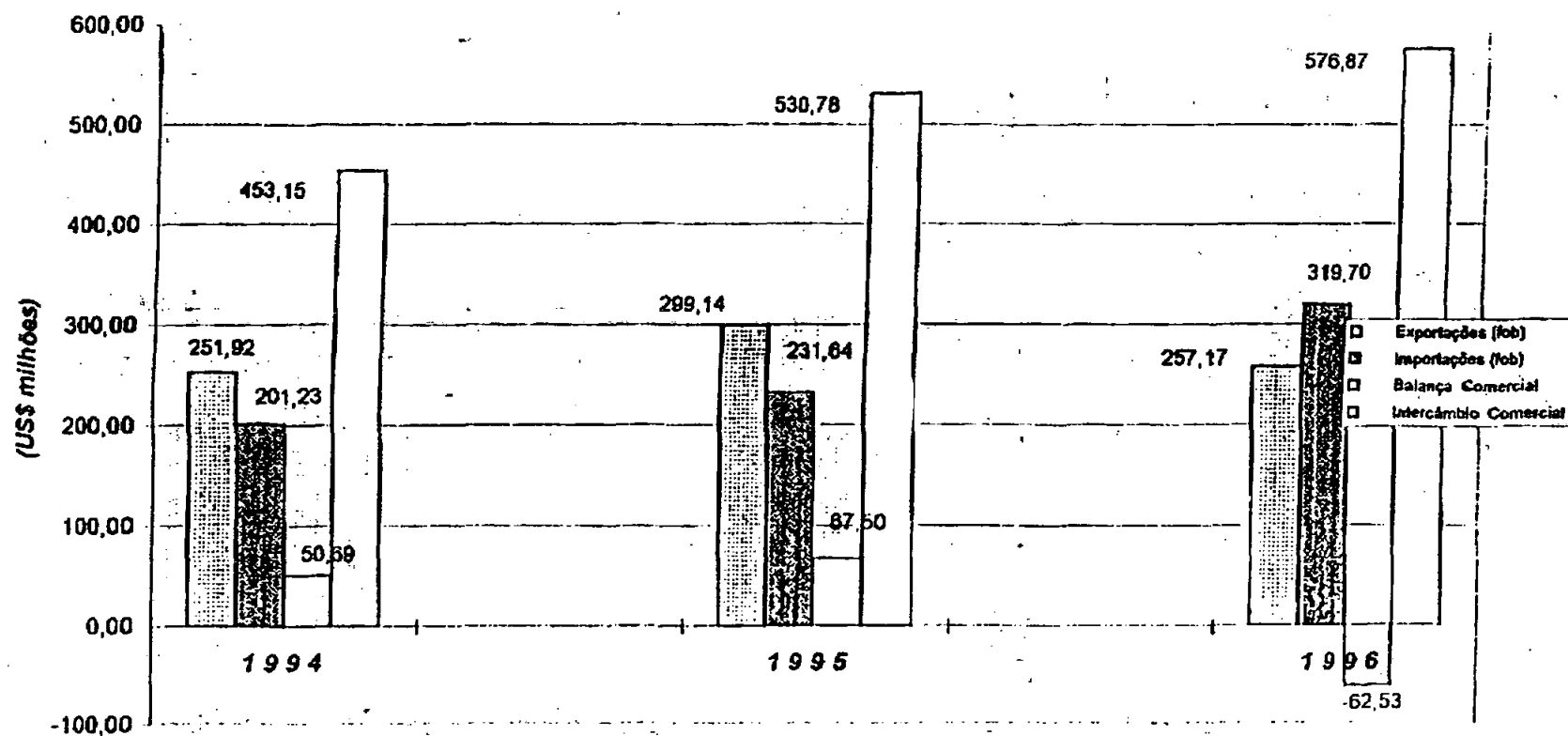
Terça-feira 9 10083

III.2 COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR ^(a)	1994/95 ^(b)	% do total	1995/96 ^(b)	% do total	1996	% do total
EXPORTAÇÕES (US\$ bilhões - fob)						
Minérios de metais, minerais e metais	10,40	21,05%	12,10	21,19%	14,20	23,71%
Carvão mineral, coque e derivados	8,00	16,19%	6,80	10,51%	8,40	15,60%
Mármore	4,50	9,11%	6,40	9,46%	7,60	12,69%
Ouro	3,70	7,46%	4,30	7,53%	4,90	8,18%
Cereais e suas preparações	(...)	(...)	3,70	6,48%	3,70	6,18%
Lã e pele de carneiro	3,10	6,28%	(...)	(...)	(...)	(...)
Subtotal	29,70	60,12%	31,50	55,17%	39,80	66,44%
Demais Produtos	19,70	39,88%	25,60	44,83%	20,10	33,56%
Total Geral	49,40	100,00%	57,10	100,00%	59,90	100,00%

III.2 COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR ^(a)	1994/95 ^(b)	% do total	1995/96 ^(b)	% do total	1996	% do total
IMPORTAÇÕES (US\$ bilhões - fob)						
Máquinas	6,80	10,56%	16,80	28,67%	18,30	31,80%
Bens de consumo	14,28	26,00%	11,70	19,97%	14,20	23,39%
Equipamentos de transporte	3,47	6,32%	9,10	15,53%	9,10	14,99%
Combustíveis e lubrificantes	2,62	4,77%	3,20	5,46%	3,30	5,44%
Produtos químicos	1,79	3,26%	2,10	3,58%	2,30	3,78%
Subtotal	27,96	50,91%	42,80	73,21%	48,20	79,41%
Demais Produtos	28,96	49,09%	16,70	28,79%	12,60	20,59%
Total Geral	56,92	100,00%	59,50	100,00%	60,70	100,00%

IV. INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / AUSTRÁLIA ^(a)	1994	1995	1996
(US\$ milhões - fob)			
Exportações (fob)	251,92	299,14	257,17
Importações (fob)	201,23	231,64	319,70 (**)
Balança Comercial	60,69	67,50	-62,53
Intercâmbio Comercial	453,15	530,78	576,87
Participação no total do comércio exterior brasileiro (%)	0,69%	0,65%	0,57%

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-AUSTRÁLIA



**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
- AUSTRÁLIA -**

Junho de 1998

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 9/10/98

IV.1 COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - AUSTRÁLIA ⁽¹⁾ (US\$ milhões - fob)	1994	% do total	1995	% do total	1996	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais produtos e grupos de produtos)						
Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc	33,45	13,28%	45,80	15,31%	36,02	14,01%
Ferro fundido, ferro e aço	30,30	12,03%	39,23	13,11%	27,28	10,61%
Caldeiras, maq., apar. e instr. mecânicos, etc	24,54	9,74%	44,47	14,97%	22,68	8,82%
Preparações de prod. hortícolas, de frutas, etc	12,22	4,85%	18,12	6,06%	21,52	8,37%
Calçados, polainas e artif. semelh. e s/ partes	13,05	5,18%	14,49	4,84%	12,88	5,05%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	8,06	3,20%	7,09	2,37%	11,88	4,61%
Minérios, escórias e cinzas	8,97	3,56%	9,08	3,03%	10,50	4,08%
Produtos químicos orgânicos	5,62	2,23%	6,92	2,31%	9,86	3,83%
Preparações alimentícias diversas	6,30	2,50%	7,60	2,54%	8,35	3,24%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, etc	7,43	2,95%	7,61	2,54%	8,33	3,23%
Produtos cerâmicos	11,96	4,75%	9,17	3,07%	9,07	3,53%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5,04	2,00%	6,50	2,14%	8,60	3,34%
Veículos automotores, tratores, ciclos, etc	11,84	4,70%	11,48	3,84%	8,38	3,28%
Café, chá, mate e especiarias	5,30	2,50%	8,29	2,77%	7,95	3,09%
Subtotal	185,07	73,46%	234,83	75,50%	205,39	79,87%
Demais Produtos	65,85	26,54%	64,31	21,50%	51,78	20,13%
TOTAL GERAL	251,92	100,00%	299,14	100,00%	257,17	100,00%
IMPORTAÇÕES: (Principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais, etc	162,37	75,72%	168,96	72,93%	183,33	67,35%
Cereais	10,48	5,21%	6,61	2,85%	35,94	11,24%
Leite e laticínios; prod. comest. origem animal	10,58	5,28%	13,48	5,80%	17,82	5,57%
Pele, exc. peleteria (peles e peles), e couros	6,70	3,23%	10,49	4,53%	16,03	5,01%
Caldeiras, maq., apar. e instr. mecânicos, etc	6,31	3,14%	4,16	1,79%	15,18	4,74%
Prod. ind. amargem; malte; amidos e féculas, etc	4,40	2,18%	1,33	0,57%	12,35	3,86%
Ferramentas, artif. cutelaria e talheres, etc	0,02	0,01%	0,02	0,01%	6,34	1,98%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, etc	1,43	0,71%	1,65	0,71%	5,90	1,85%
Ferro fundido, ferro e aço	0,22	0,11%	5,35	2,31%	4,04	1,28%
Algodão	0,13	0,06%	1,34	0,58%	3,65	1,14%
Subtotal	181,64	85,23%	212,33	91,08%	300,64	94,01%
Demais Produtos	9,59	4,77%	18,38	7,92%	19,14	5,99%
TOTAL GERAL	201,23	100,00%	231,69	100,00%	319,70	100,00%

(1) Dados estimados.

(2) As informações são publicadas por diferentes fontes, diferentes procedimentos de extração de diferentes colunas de informações.

(3) Direction of Trade Statistics - Yearbook, June 1997.

(4) A maioria das estatísticas Austrálias são elaboradas tendo como base o ano fiscal de 1º de julho a 30 de junho.

(5) Dados preliminares.

Fontes: (a) FAO, Country Report - 1995/96.

(b) Country Profile 1996/97.

(c) FAO, International Financial Statistics, January 1997.

(d) FAO, Direction of Trade Statistics, Yearbook 1998.

(e) SECEX/SECEX, Balança Comercial, Porcentagem por Setor Econômico (BCE/98 - 2002/97).

(f) Sistema ALICE.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AUSTRÁLIA

V. INVESTIMENTOS

V.1 - Investimentos da Austrália no Brasil (posição de junho de 1995):

Investimentos: US\$ 42,30 milhões - Reinvestimentos: US\$ 8,83 milhões - Total: US\$ 51,23 milhões

V.2 - Investimentos do Brasil na Austrália (posição de março de 1996):

Investimentos: US\$ 80 mil - Retorno: US\$ 0,00 - Saldo: US\$ 80 mil

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE LÁCTEOS AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA

LEITE EM PÓ DESNATADO

(EM TON.)

	AUSTRÁLIA		N. ZELÂNDIA		IMPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1992			2.015	14,50	13.897	100,00
1993	1.143				32.988	100,00
1994	9.303	28,05	142	0,40	35.718	100,00
1995	1.285	2,14	1.105	1,84	60.078	100,00
1996	32.553	45,77	4.655	6,54	71.123	100,00
1997	6.370	15,59	7.786	19,06	40.847	100,00

Fonte: MICT

LEITE EM PÓ INTEGRAL

(EM TON.)

	AUSTRÁLIA		N. ZELÂNDIA		IMPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1992			1.334	7,89	16.898	100,00
1993	3.316	13,06	3.559	14,02	25.382	100,00
1994	5.512	10,81	2.214	4,34	50.989	100,00
1995	5.209	3,75	4.580	3,30	138.838	100,00
1996	6.194	5,50	25.267	22,44	112.585	100,00
1997	6.755	7,00	14.521	15,04	98.548	100,00

Fonte: MICT

QUEIJOS

(EM TON.)

	AUSTRÁLIA		N. ZELÂNDIA		IMPORTAÇÕES TOTAIS DO BRASIL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
1992			221	8,68	2.545	100,00
1993			480	5,35	8.971	100,00
1994			1.154	3,25	35.559	100,00
1995	700	1,26	2.452	4,42	55.500	100,00
1996	120	0,35	3.524	10,41	33.867	100,00
1997	577	2,01	3.500	12,18	28.731	100,00

Fonte: MICT

MRE - DAI - Divisão de Atos Internacionais

LISTA DOS ATOS INTERNACIONAIS CELEBRADOS COM: AUSTRÁLIA

	Acordo	Local	Em	Entrada em vigor	Dec. Promulgação	Em	Posição atual
828	Ajuste para Entrega de Desertores de Navios Mercantes.	Rio de Janeiro	30/07/1888		9392	08/08/1888	EM VIGOR.
829	Convenção de Arbitragem.	Petrópolis	18/06/09	06/05/1911	8720	10/05/1911	EM VIGOR.
830	Tratado para o Estabelecimento de uma Comissão de Paz.	Rio de Janeiro	04/04/19	11/03/1921	14723	16/03/1921	EM VIGOR.
831	Acordo Comercial.	Londres	19/07/39	01/01/1940	0		NÃO VIGORA.
832	Entendimento Comercial.	Rio de Janeiro	24/10/50		0		NÃO VIGORA.
833	Comunicado Conjunto.	Rio de Janeiro	06/07/65	06/07/1965	0		EM VIGOR.
834	Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns.	Canberra	16/07/69	15/08/1969	0		EM VIGOR.
835	Acordo Comercial.	Canberra	23/02/78	25/08/1978	82561	01/11/1978	EM VIGOR.
836	Memorando de Entendimento para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum.	Brasília	27/08/90	27/08/1990	0		EM VIGOR.
838	Tratado sobre Extradição.	Canberra	22/08/94	01/09/1996	2010	23/09/1996	EM VIGOR.
837	Acordo, por troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Canberra	21/08/94	01/12/1995	1710	22/11/1995	EM VIGOR.
4564	Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria Sanitária.	Sidney	02/04/98	02/04/1998			EM VIGOR.

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 401, DE 1998

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 334, alínea b, do Regimento Interno seja declarada prejudicada a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1996, bem como das demais proposições que tramitam apensadas a ele (Projetos de Lei do Senado nºs 17, 50 e 112, de 1996; 177 e 197, de 1997; e Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1995), em virtude da aprovação, na sessão de 12 de maio último, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1993, dispondo sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 8 de junho de 1998. – Senador **José Bianco**.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

São lidos os seguintes:

OF. GLPMDB Nº 194/98

Brasília, 3 de junho de 1998

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. nº SF 500/98, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos senadores do PMDB que integrarão a Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 160, de 1998, destinada a "promover estudos tendo em vista o exame de propostas de Reforma Tributária", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador José Fogaça
Senador Fernando Bezerra
Senador Ramez Tebet

Suplentes

Senador Pedro Simon
Senador Ney Suassuna
Senador Casildo Maldaner

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMD.

OF. GLPMDB Nº 195/98

Brasília, 4 de junho de 1998

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. nº SF 495/98, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos senadores do PMDB que integrarão a Comissão

Temporária criada pelo Requerimento nº 153, de 1998, destinada a "estudar as causas do desemprego e do subemprego no País", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Pedro Simon
Senador Casildo Maldaner
Senador José Fogaça

Suplentes

Senador Nabor Júnior
Senador Wellington Roberto
Senador Marluce Pinto

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência designa os Srs. Senadores indicados pela Liderança do PMDB para integrarem as Comissões Temporárias criadas por intermédio dos Requerimentos nºs 153 e 160, de 1998, de conformidade com os ofícios que acabam de ser lidos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Edison Lobão.

É lido o seguinte:

OFÍCIO S/Nº

Brasília, 4 de junho de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Ney Suassuna, em minha substituição, como membro titular, na Comissão Mista, incumbida de apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 1.661-3, de 28 de maio de 1998, que "altera a redação dos arts. 26, 31 e 44 da Lei nº 9.473, de 22 de julho de 1997, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 1998", ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Ney Suassuna
Senador Nabor Júnior

Suplentes

Senador Fernando Bezerra
Senador Carlos Bezerra

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1995, continue sua tramitação, uma vez que recebeu Parecer contrário sob nº 758,

de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – A Presidência, em face da promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que versa sobre a reforma administrativa, declara prejudicadas a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1995, e, parcialmente, a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1995, quanto as alterações que propõem em dispositivos constitucionais relativos à Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em 1995, a área do nosso comércio exterior gerou mais de 6 bilhões de dólares de frete. As empresas de navegação estrangeiras arrebatarem, desse montante, cerca de 98% do total em fretes obtidos no comércio exterior nacional. Para as empresas nacionais, restou a migalha de 2% do que se embarcou nos portos brasileiros!

Isso está acontecendo com o parque de construção naval brasileiro, que, na década de 70, consagrava-se como segundo do mundo!

O que terá havido, portanto, com as nossas instalações destinadas ao incremento da Marinha Mercante?

Agora em fevereiro passado, a resposta a essa embaraçosa pergunta foi oferecida pelo Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima – Syndarma – ao eminente Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, por meio de um importante documento com as "Propostas para uma Marinha Mercante Brasileira Competitiva". O objetivo colimado é o de dar à nossa Marinha Mercante as condições para competir nos mercados globalizados na navegação marítima.

Inviável seria repetir aqui, desta tribuna, o inteiro teor desse documento dos empresários da navegação, mas resta-nos saber que o Governo Federal, por intermédio do seu Ministério dos Transportes, tem em mãos as soluções bastante viáveis explicitadas no referido memorial.

Basta citar alguns dos seus pontos, entre os quais o do pleito para o descasamento cambial, chamado de "bolha financeira". Com a constante substituição de indexadores nos contratos de financiamento para a construção de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FNM) – mais a ado-

ção de uma taxa de câmbio com paridade fixa (flutuando dentro de uma banda) –, os saldos devidores em dólares das embarcações transformaram-se em uma dívida impagável e incompatível com o mercado internacional.

Eis um exemplo bastante significativo: embarcações semelhantes, adquiridas na mesma data por preços idênticos, uma, no Brasil, por empresa brasileira de navegação; outra, no exterior, por empresa de qualquer nacionalidade, hoje têm saldos devidores diferentes. A adquirida pela empresa brasileira tem saldo devedor cerca de 40% maior (excesso este chamado de "bolha financeira"), inviabilizando sua capacidade de competir no mercado internacional.

O documento do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima, enfim, expõe, com muita objetividade, os problemas do setor, indicando as soluções que possam reverter uma atual conjuntura de tons dramáticos. Refere-se, entre outros pontos, à necessidade de aprimoramentos e implementação efetiva de dispositivos do Registro Especial Brasileiro – REB; à ampliação de mecanismos de utilização do Fundo da Marinha Mercante; às modificações na regulamentação vigente, e à recuperação da indústria de construção naval brasileira.

Acredito sinceramente que, a essa altura dos acontecimentos, o Senhor Ministro dos Transportes já terá levado ao Presidente da República a síntese das reivindicações dos empresários da indústria naval brasileira, incumbindo equipes qualificadas para avaliá-las e verificar até onde, em nome do nosso desenvolvimento, o Governo está em condições de atendê-las.

Como resultado dessas gestões, noticiou-se recentemente que seis navios foram encomendados, sob os auspícios oficiais, à nossa indústria de construção naval, criando-se a expectativa de que lhe levam condições de sobrevivência.

O jornal **O Globo**, edição de 8 de março do corrente ano, refere-se, em oportuna e densa reportagem, a mais um aspecto da série de problemas que vêm afetando, de forma contundente, as empresas nacionais de navegação marítima.

Não bastassem as históricas dificuldades do setor, chega-nos a notícia de que as organizações internacionais de transporte marítimo têm advertido "que os ataques de piratas a navios vêm crescendo ano a ano em todo o mundo e o Brasil vem sendo considerado um dos países mais perigosos do Planeta". A Internacional Maritime Organization – IMO, da Organização das Nações Unidas – ONU, classifica o nosso País como "recordista mundial de casos de pirataria".

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica – CNNT, organização que congrega 34 empresas, encaminhou denúncia ao Governo espelhando a triste realidade da atuação de quadrilhas de piratas, que ameaçam o comércio exterior brasileiro.

O Internacional Maritime Bureau, da Câmara Internacional de Comércio – ICC, por sua vez, aponta a zona portuária brasileira como "a mais insegura das Américas e a terceira mais perigosa do mundo". De cerca de 230 casos de roubos em navios registrados internacionalmente, no ano passado, 15 ocorreram no Brasil, estabelecendo marca ultrapassada apenas pela Indonésia, com 47 incidências; pela Tailândia, com 17; e empatando com a apresentada pelas Filipinas.

Nesse contexto de insegurança, há diminuição de competitividade da frota mercante nacional, agravada pelo aumento do custo dos fretes consequente das sobretaxas de alto risco cobradas de navios que aportam em terras brasileiras, à razão, por exemplo, de 8% em cada contêiner.

O fato de a área de comércio exterior gerar mais de US\$ 6 bilhões de frete anualmente decerto terá seduzido as diversas quadrilhas desses modernos piratas, inspirando-lhes a multiplicação de suas expedições criminosas e, infelizmente, bem-sucedidas.

Para as empresas brasileiras de navegação, no entanto, limitadas a uma participação de tão-somente 2% daquele total, é mais um dano significativo a se somar ao já extenso elenco de prejuízos que ultimamente vêm acumulando.

A época, somente empresas estatais operavam as áreas de granel líquido, com a Fronape; de granel sólido, com a Docenave; e de carga geral, com o Lloyd Brasileiro.

A partir daí, e até meados de 1980, o desenvolvimento "ocorreu de forma rápida e contínua. Após esse período, foram postas em prática diversas medidas que alteraram profundamente o ambiente de forte proteção à indústria nacional, resultando numa imediata retração dos investimentos".

O resultado de tudo isso pode ser medido pelos índices que o **Informe** relaciona, neles destacando-se o indicativo de que, em 1995, as empresas de navegação estrangeiras arrebatarem quase que totalmente os fretes obtidos no comércio exterior nacional.

Sr. Presidente, o que estamos vendo é, sem dúvida nenhuma, o desbaratamento da indústria naval brasileira. E não se diga que os nossos estaleiros são incompetentes; muito pelo contrário, eles têm dado mostras seguidas de sua capacidade, até competitiva, no mercado internacional. Basta que se diga que, entre os navios de guerras mais modernos do mundo, estão as fragatas de construção inglesa. O Brasil, que comprou uma dessas fragatas, foi capaz de construir mais três, melhorando aquela que havia adquirido da Inglaterra. Isto demonstra a nossa capacidade de construção naval. O que nos falta é o que está

dito na denúncia do sindicato é exatamente o apoio governamental a essa importante indústria nacional, que, aos poucos, vai se esvaindo e desaparecendo.

A consequência de tudo isso poderá ser trágica para o Brasil. Hoje, todo o nosso transporte marítimo está sujeito aos bons humores dos armadores internacionais. Apenas 2% das mercadorias exportadas pelo Brasil são transportadas por navios nacionais. No instante em que os armadores internacionais decidirem aumentar os fretes, colocando o Brasil fora da competição mundial, ou em que houver, por qualquer razão, uma greve internacional, o Brasil ficará, inteiramente, sem poder exportar as suas mercadorias e sem poder também importar normalmente.

Portanto, é uma questão de segurança nacional o apoio que o Governo deve dar à indústria naval brasileira, porque, sem ela, estaremos, dentro de muito pouco tempo, aniquilados. Os 2% a que chegamos começamos com 50%, 40%, 35% até essa marca vergonhosa para a navegação brasileira, de apenas 2% da capacidade dos nossos navios de transportar mercadorias nacionais.

Sr. Presidente, era essa a advertência que desejo deixar ao Congresso Nacional como também ao Governo da República para que tome as providências de sua responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Não há mais oradores inscritos.

A Srª Senadora Benedita da Silva enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT, – RJ)

– Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, há mais de 4.000 anos antes de Cristo os sumerianos (os atuais iranianos), já utilizavam a papoula de ópio como a "planta da alegria", mas era uma pseudo-alegria que fazia parte do ritual místico de contato com os deuses daquela época. Hoje, se converteu na planta da tristeza, da amargura, da dor, da violência e da destruição das vidas de crianças, jovens e adultos, graças à liberdade de ação dos narcotraficantes, que, com certeza, são os únicos felizes com a miséria humana que se alastra como câncer por todo o mundo. Atualmente, "uma indústria que fatura cerca de US\$400 bilhões por ano, o equivalente a 8% do total das exportações feitas por todos os países", às custas do flagelo humano, fez unir a comunidade internacional, alarmada com o avanço dessa mazela social, com o firme propósito de combatê-la. A data está marcada para os dias 8, 9 e 10 de junho, quando os países-membros da ONU estarão reunidos, em Nova York, na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas, para elaborarem estratégias conjuntas de combate às drogas para o século que se anuncia,

pois nenhum país, por si só, tem condições de enfrentar com sucesso o problema das drogas.

Fazendo um breve histórico sobre as drogas temos: os primeiros registros do uso do ópio foram há mais de 4.000 anos antes de Cristo, com os sumerianos; outro registro revela que os habitantes da margem do rio Danúbio (Europa Oriental) queimavam a maconha (cânhamo) em pedras aquecidas e inalavam os vapores dentro de suas barracas ou tendas; já em 1500 depois de Cristo, no descobrimento da América, o **Cactus Peyote** era utilizado em cerimônias religiosas; por volta do século XVI, o ópio foi por muito tempo cultivado livremente por camponeses como fonte de alívio de sua triste e sofredora realidade; nessa mesma época, os espanhóis utilizavam as drogas alucinógenas como uma forma de autocastigo, pois, para eles, a droga significava "demônios"; em 1776, na guerra civil americana, a morfina era largamente usada como anestésico para aliviar a dolorosa vida dos soldados; já em 1890, iniciou-se a livre comercialização de vinhos e xaropes, elaborados com extratos de coca; em 1914, deu-se a proibição do livre comércio, surgindo, então, o Mercado Negro, que gerou para os EUA faturamento extra de aproximadamente 200 bilhões de dólares; por volta de 1920, os EUA instauraram a "Lei Seca" que vigorou por 13 anos; durante a 2ª Grande Guerra, as anfetaminas (estimulantes) eram utilizadas para combater a fadiga dos soldados; em 1950, o uso de barbitúricos hipnóticos (por exemplo, Gardenal) alcançou seu auge com o patrocínio dos laboratórios, que veiculavam o seguinte lema "Viva melhor com a química"; já, 1960 foi a era dos ácidos (LSD), que era impiedosamente receitada por muitos psiquiatras; e, em 1970, a proliferação da cocaína e seus derivados, entre eles o **crack**, e recentemente o **ecstasy**, mais popular entre as classes média e alta.

Qual o retrato do usuário de droga? Quando ainda na condição de experimentador ocasional movido pela curiosidade ou pela pressão do grupo em que se encontra, pode ser que não acarrete nenhum transtorno, se não mais fizer uso de droga – mas há que se chamar a atenção, pois esta é a principal porta de entrada para o vício. Depois dos usuários ocasionais, vêm os moderados que são aqueles que já apresentam uma certa dependência física e psíquica, que provoca certo impulso fazendo com que eles procurem a droga. Neste caso, já se percebe alterações no comportamento afetivo e familiar. O próximo grupo é o dos habituais. Esses já apresentam dependência psíquica acentuada e comportamento instável, mudam de humor com facilidade, trocam o dia pela noite, provocam atritos familiares, abandonam a escola, os amigos, os esportes, a profissão. Outro dado importante sobre o perfil do usuário de droga foi levantado pela Universidade do Amazonas. Enquanto que os homens são os que mais fumam, as

mulheres são as que mais consomem medicamentos psicotrópicos, sem receita médica.

Estatísticas do FMI revelam que todos os países já estão contaminados pelos efeitos devastadores das drogas. A ONU estima que aproximadamente 4,7% da população mundial está envolvida com o consumo anual de drogas. Isso quer dizer que em cada grupo com 47 indivíduos, um está envolvido com drogas. Portanto, esse flagelo deixou de ser problema individual, passando a exigir cooperação múltipla do maior número possível de países.

O Brasil é campeão no uso de psicotrópicos. Diariamente, cerca de dois milhões de brasileiros consomem um tipo de psicotrópico, o que faz do Brasil o maior importador mundial de pelo menos duas espécies de anfetaminas: o dietilpropiona e o fenproporex. O consumo é tão alto que a Organização das Nações Unidas advertiu o Brasil sobre o uso exagerado dessas substâncias. Enquanto isto, muitos doentes terminais de câncer sofrem fortes dores por não terem acesso à morfina, droga que tem propriedades analgésicas. O Brasil importa 10 vezes menos morfina do que o necessário. Muitos países desenvolvidos, com população menor do que a brasileira, apresentam consumo de morfina mais elevado, indicando que seus pacientes em estágio terminal de câncer têm tratamento mais humano. Esta situação é atribuída ao excesso de burocracia estatal e ao preconceito de profissionais de saúde contra essa substância capaz de causar dependências física e psíquica. As duas constatações estão contidas em relatório elaborado por representantes de entidades brasileira e internacionais que se reuniram em Brasília para discutir e propor maneiras de proteger a população brasileira do mau uso de drogas psicotrópicas. O uso abusivo e irracional dos psicofármacos, com suas graves consequências, deve-se fundamentalmente à formação médica deficiente, no que diz respeito ao diagnóstico e à terapêutica psiquiátrica, conforme assinala o relatório. Tanto na graduação quanto na residência não existe um programa que organize o futuro médico a avaliar adequadamente os sintomas mentais que ocorrem frequentemente na clínica nem as diferentes formas de intervenção terapêutica como orientação, terapia psicológica breve e especificamente os tratamentos psicofarmacológicos. Esta formação deficiente explica o fato de mais de 50% das prescrições de benzodiazepínicos serem, originados dos clínicos gerais. Nesse sentido o documento recomenda, entre outros procedimentos, que as escolas médicas estimulem os respectivos departamentos de psiquiatria a organizar dentro dos seus cursos programas específicos em relação ao diagnóstico e tratamento psiquiátrico. Sugere, também, a elaboração de uma lista de medicamentos básicos, não restritiva, porém sem os excessos que um mercado de medicamentos volátil muitas

vezes impõe aos profissionais de saúde. O relatório considera fundamental o estabelecimento de uma campanha permanente de comunicação especializada, visando manter o tema do uso racional de psicotrópicos constantemente ao alcance dos médicos das mais diferentes especialidades. Aproveito para reiterar a posição do Ministro da Saúde, José Serra, que pretende propor projeto de lei para punir a prática de venda de medicamentos sem prescrição médica, por considerar essa prática crime hediondo, e como tal passível do rigor da lei.

A ação repressiva da Polícia Federal, mesmo desaparelhada e sem os recursos necessários ao implemento de suas atribuições, tem obtido bons resultados em ações contra grupos de narcotraficantes. Para se ter uma idéia, só em 1996, foram apreendidas no Brasil mais de 3 mil toneladas de cocaína, 21 mil toneladas de maconha, 16 toneladas de crack, 532 toneladas de pasta base, 24,5 mil frascos de lança perfume, 8,5 toneladas de haxixe, 28 mil comprimidos de psicotrópicos e destruídos mais de 3 milhões de pés de maconha. Mas todas essas apreensões representam muito pouco no universo de drogas que circulam pelo nosso Brasil.

No que se refere às propostas de ação conjunta a serem discutidas pelos países membros da ONU no combate às drogas, duas são consideradas de vital importância para o sucesso da iniciativa: a primeira diz respeito ao crime lavagem de dinheiro e a segunda, à cooperação judicial internacional. No que diz respeito à primeira, os traficantes e os cartéis da droga têm se aperfeiçoado na prática de lavagem do seu capital, inserindo no mercado financeiro esse dinheiro sujo, e em seguida movimentando-o, dando a impressão de ser recurso de origem legal. Para exemplificar, no último 4 de junho, matéria publicada no **Correio Braziliense** relata: "o Embaixador brasileiro em Assunção, Bernardo Pericas Netto, declarou, ao jornal **ABC Color**, que na cidade paraguaia de Ciudad del Este, fronteira com Argentina e Brasil, são lavados anualmente 8 bilhões de dólares resultantes de atividades criminosas como o tráfico de drogas e contrabando de todo tipo de armas, geralmente provenientes do Brasil". Ao impedir que isso ocorra, os Governos estarão desferindo um golpe letal sobre o narcotráfico, pois a apreensão de drogas, mesmo que em grandes quantidades, não tem sido suficiente para desmantelar essa organização criminosa. Quanto à segunda, a cooperação judicial internacional será outro duro golpe contra as drogas, pois essa prevê a extradição de pessoas acusadas de participação no narcotráfico e o auxílio mútuo nos processos de investigação e ações penais correlatas.

"Durante o encontro, os países, também, poderão considerar se devem rever sua legislação interna para simplificar os procedimentos de extradição; elaborar um resumo de sua prática interna em matéria de extradição para apreciação de outros Governos, ou, ainda, optar pela utilização do Tratado Modelo das Nações Unidas sobre Extradição". Dessa reunião deverá ser indicado uma autoridade com competência para responder aos pedidos de auxílio judiciário recíproco.

Esse encontro internacional poderá resultar num dos maiores avanços, até então, conquistados em favor do combate ao narcotráfico internacional, portanto, manifesto-me solidária e otimista com a iniciativa, pois essa organização criminosa precisa ser desmantelada, e com isso abrir uma perspectiva de libertação aos cativos das drogas.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.)

(O.S. Nº 13773/98)

**ATA DA 63ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 1998**
(Publicada no DSF, de 6 de junho de 1998)

RETIFICAÇÕES

No sumário da Ata, à página nº 10000, 2ª coluna, na numeração dos **ATOS DO DIRETOR-GERAL**, no item 4:

Onde se lê:

Nº 973, de 1998 (republicação)
Nºs 982 a 985, de 1998.

Leia-se:

Nº 973, de 1998 (republicação)
Nºs 982 a 995, de 1998

No cabeçalho da Ata, à página 10001

Onde se lê:

Ata da Sessão Não Deliberativa, em 5 de junho de 1998

Leia-se:

Ata da 63ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de junho de 1998

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 996, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.645/98-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **DALTON COSTA**, matrícula nº 5.684, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar do Gabinete do Senador Mauro Miranda.

Senado Federal, em 08 de junho de 1998



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 997, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 007.681/98-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA AURORA PINTO LEITE E**

SILVA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador João França.

Senado Federal, em 08 de junho de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 998, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e de acordo com o § 6º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 797, de 1998, que nomeou **LEOPOLDO WAGNER ANDRADE DA SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Wellington Roberto, em virtude de não ter tomado posse no prazo estabelecido pelo § 1º do art. 13 da lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 08 de junho de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 999, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.706/98-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990; **GISELE RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Jäder Barbalho.

Senado Federal, em 08 de junho de 1998


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.000, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras **TATIANA T. ARAÚJO ARRUDA**, matrícula nº 3384, e **ADRIANA PINCOWSCA CARDOSO**, matrícula nº 1658-SEEP, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 039/98, celebrado

entre o Senado Federal e CLIAP - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA
PSICOPEDAGÓGICA S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 08 de junho de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.001 DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras ADRIANA PINCOWSCA CARDOSO, matrícula nº 1658-SEEP, e TATIANA T. ARAÚJO ARRUDA, matrícula nº 3384, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 040/98, celebrado entre o Senado Federal e CLIAMPAR - CLÍNICA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO PACIENTE DE ALTO RISCO LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 08 de junho de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Olimas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Wilson Kleintubing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLAUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC -2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 4064/65	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12

PMDB

GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO
---------------	------------	------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 05/06/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL (29 TITULARES)			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
DJALMA BESSA	BA-2211/12	9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3-PEDRO SIMON	RS-3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ TEL DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 07/05/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUÇA	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
FRANCISCO BENJAMIM	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-DJALMA BESSA	BA - 2211/12

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 03/06/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (2)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/05/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
---------------	-------------	-----------------	------------

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 13/05/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/3174
ROMERO JUCA	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6- GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7- VAGO (2)	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (3)		6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 05/06/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCISCO BENJAMIN	BA-3173/74	1-VILSON KLEINUBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (2)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97

(2) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 05/06/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A
UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO **SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254**

FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO

GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICÉ-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(7 TITULARES E 4 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

1-JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
2-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17

PMDB

1-JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46		

PSDB

1-BENI VERAS	CE-3242/43	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
--------------	------------	------------------	--------------

BLOCO OPOSIÇÃO (PT+PDT+PSB+PPS)

1-EDUARDO SUPICY-PT	SP-3215/16
---------------------	------------

PPB + PTB

1-ERNADES AMORIM	RO-2251/55
------------------	------------

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935/3519
FAX 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 6 - TELEFONE: 311-3254

ATUALIZADA EM 29-4-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR CONTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTE)

TITULARES	SUPLENTE
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
DJALMA BESSA	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIAO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTE
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 - 3187188 - 318-8232 - 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 05/05/97.

CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO

Nº 1, DE 1998 - CN

**CONSELHO DESTINADO A PROCEDER
À APRECIÇÃO DOS TRABALHOS ALUSIVOS À COMEMORAÇÃO
DO CENTENÁRIO DE MORTE DO POETA CRUZ E SOUSA**

(Resolução nº 1, de 1998-CN)

SENADORES

Antonio Carlos Magalhães (membro nato)

Ronaldo Cunha Lima

Esperidião Amin

Abdias Nascimento

DEPUTADOS

Paulo Gouvêa

Miro Teixeira

COMISSÃO DE JULGAMENTO

Senador Abdias Nascimento

Senador Esperidião Amin

Deputado Paulo Gouvêa

Gerardo Mello Mourão - poeta e escritor

Iaponan Soares - professor e vice-

presidente do Conselho de Cultura do

Estado de Santa Catarina



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS